

**11ª Reunião do Grupo Executivo do Comitê de Estatísticas Sociais**  
**Realizada em 02 de junho de 2011 no MDS Brasília**

✓ Participantes

Eduardo da Silva Pereira – MPS  
Fabiola Sulpino Vieira – MS  
Gilmar Trindade dos Santos – SAGI/MDS  
Isabella Moura Trevisol – INEP  
Jailson Manguiera Assis – IBGE  
Jhonatan Ferreira – SNAS/MDS  
Jomar Álace Santana – SAGI/MDS  
Maciene Mendes da Silva – MS  
Marcia Maria Melo Quintslr – IBGE  
Maria das Graças Parente Pinto – MTE  
Ricardo José Grossi Fabrino – MEC

✓ A reunião foi iniciada com a aprovação da agenda da reunião (Anexo 1).

✓ Informes.

- Marcia Quintslr solicitou que a secretaria executiva do Comitê enviasse para os participantes do Grupo Executivo a portaria de criação do Comitê e a proposta de portaria com as modificações acordadas.
- Fabiola Vieira informou que vai pedir para colocarem um link para a página principal na internet do Comitê de Estatísticas Sociais na página do Departamento de Economia da Saúde e Desenvolvimento do Ministério da Saúde.
- Os links para as bases de dados das pesquisas catalogadas na página do Comitê na internet devem ser enviados para a Secretaria Executiva do Comitê.

✓ Discussão sobre as lacunas no tema Trabalho

- Foi discutido o artigo I da convenção 160 da OIT que trata das estatísticas do trabalho (Anexo 2). Os dois primeiros itens que tratam das informações de emprego, desemprego, subemprego, e estrutura e distribuição da população economicamente ativa – PEA, podem ter como fonte de informações as pesquisas PME e PNAD do IBGE, assim como o CADUNICO do MDS. Foi sugerida a pesquisa de emprego e desemprego – PED do DIEESE, mesmo que esta não seja uma pesquisa catalogada pelo Comitê.
- Sobre os itens de média de ganhos, média de horas trabalhadas e estrutura e distribuição dos salários, foram indicadas como fonte de informações as pesquisas PME, PNAD, PIMES, além das bases do CAGED e RAIS.
- Em relação ao item de custo da mão-de-obra, foi discutida qual a melhor maneira de tratar do item, sob a ótica dos estabelecimentos ou das informações prestadas pelos trabalhadores. As pesquisas domiciliares poderiam fornecer informações sobre rendimentos de assalariados e retiradas para autônomos que poderiam entrar na conta do custo da mão-de-obra. Pelo lado do empregador, talvez as pesquisas da indústria e comércio, assim como o boletim da GFIP do Ministério da Previdência (apenas para o mercado formal) possam contribuir para este cálculo. De qualquer forma as

informações existentes parecem fragmentadas, o que torna difícil produzir estatísticas sobre este item.

- Ainda em relação ao custo da mão-de-obra, Ricardo Fabrino questionou se a capacitação também não deveria ser considerada como um custo.
- O item que trata dos índices de preços ao consumidor poderia ser atendido com as informações do SNIPC do IBGE, mas também foram citados outros órgãos produtores, como FGV, FIPE e DIEESE.
- A POF e PNAD são consideradas adequadas para o item de gastos e rendimentos domiciliares e familiares.
- Em relação ao item de lesões e enfermidades provocadas por acidentes de trabalho, Eduardo Pereira destacou que as bases do Ministério da Previdência possuem muitas informações sobre este tema, mas têm limitações por não abarcarem o mercado informal. Maria das Graças Pinto, informou que na RAIS existem informações sobre afastamentos que poderiam ser utilizadas neste item.
- Maria das Graças Pinto informou que o Ministério do Trabalho já fez pesquisas sobre greves, mas atualmente não possuem informações sobre conflitos do trabalho. Houve uma sugestão de utilizar dados do DIEESE, uma vez que o governo federal não dispõe destas informações, se caracterizando como uma lacuna.
- Foi destacado que é possível citar as bases de outras instituições que não estão no escopo do Comitê, tomando o cuidado para separar as bases documentadas das outras bases.
- Tomando por base esta metodologia para tratar de lacunas no tema trabalho, Marcia Quintslr sugeriu a busca de referências na OMS e UNESCO para ajudar na discussão dos temas saúde e educação.
- Fabiola Vieira informou que não há acesso para informações sobre medicamentos, o que já considera como lacuna.
- Ricardo Fabrino ressaltou a importância de indicadores para equidade na educação e lembrou da OECD e WEI (*World Educational Indicators*) para direcionar os trabalhos em educação.
- Foi destacado que para as bases do MDS não há referências internacionais.
- Eduardo Pereira disse que a convenção 102, relativa à fixação de normas mínimas de seguridade social, poderia ser incorporada aos estudos do tema trabalho.
- Marcia Quintslr comentou a questão da qualificação profissional é uma lacuna de trabalho e de educação. Disse ainda que a questão temática pela ótica do IBGE trata pobreza em conjunto com população.

✓ Modelo de políticas sociais das Nações Unidas.

- Marcia Quintslr apresentou o modelo conceitual de como as Nações Unidas tipificam as estatísticas sociais. Na apresentação, foi comentado que o modelo é parecido ao apresentado por Jorge Abrahão do IPEA, entretanto o modelo da ONU considera os temas crime e justiça pertencentes à área social.
- São tratados temas emergentes como pobreza infantil e desigualdade, que já vem sendo trabalhada no Brasil há muito tempo.
- Marcia Quintslr falou sobre a exclusão social, que tem várias dimensões, como saúde e educação entre outros. Ter uma síntese dos indicadores sociais, como um único indicador, é muito difícil, então é importante cuidar bem de todas as áreas em separado.
- As investigações de uso do tempo são muito importantes para tratar de vários temas

e da qualidade de vida como um todo.

- Marcia Quintslr ressaltou que devemos comparar os modelos conceituais de estatísticas sociais adotados pela ONU e pelo IPEA para definir um escopo temático para o Comitê. Vai enviar o documento relativo a apresentação com o modelo da ONU para ser repassado a todos os participantes.
- Ricardo Fabrino citou que a dimensão da sustentabilidade também deve ser considerada.
- Foi debatido que as dimensões social, econômica e ambiental não podem mais ser tratadas isoladamente.

✓ Encaminhamentos

- Buscar referências da OMS e UNESCO para servirem de guia para discussão das lacunas de saúde e trabalho, respectivamente.
- O MDS poderia pensar em alguma maneira de trabalhar com o tema pobreza.
- Reunião entre IBGE, IPEA, MPS e MTE para trabalhar nos desdobramentos das lacunas do tema trabalho.
- As instituições que ainda não enviaram os links de suas bases de dados devem mandar para a secretaria executiva para que seja incluído na página do Comitê.
- O IBGE providenciará as atualizações na página do Comitê.

## **ANEXO 1**

### **11ª Reunião do Grupo Executivo do Comitê de Estatísticas Sociais** 02 de junho de 2011, das 14:00 às 17:00h

Local – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Sala 304

Brasília – DF

#### **Sugestão de Agenda**

1. Aprovação da Agenda pelos participantes.
2. Discussão sobre o tema Trabalho.
3. Modelo de políticas sociais das Nações Unidas.

## **ANEXO 2**

### **Artigo I da Convenção 160 sobre Estatísticas do Trabalho da OIT**

Qualquer Membro que ratificar a presente Convenção obriga-se a recolher, compilar e publicar regularmente estatísticas básicas de trabalho, que, segundo seus recursos, se ampliarão progressivamente para abarcar as seguintes matérias:

- a) população economicamente ativa, emprego, desemprego, se houver, e, quando possível, subemprego visível;
- b) estrutura e distribuição da população economicamente ativa, que possam servir para análises pormenorizadas e como dados de referência;
- c) média de ganhos e média de horas de trabalho (horas efetivamente trabalhadas ou horas remuneradas) e, se pertinente, taxas de salários por tempo e horas normais de trabalho;
- d) estrutura e distribuição dos salários;
- e) custo da mão-de-obra;
- f) índices de preço ao consumidor;
- g) gastos das unidades familiares ou então gastos das famílias e, se possível, rendimentos das unidades familiares ou então rendimentos das famílias;
- h) lesões provocadas por acidentes de trabalho e, na medida do possível, enfermidades provocadas por acidentes de trabalho;
- i) conflitos do trabalho.